



ADCP II NA DISCUSSÃO DA CARREIRA DOCENTE

Estamos prestes a ter a nossa carreira alterada e muitas são as indagações: **quanto vou ter de aumento? O que há de bom nesse plano? Que problemas e desvantagens ele traz?** Essas e outras questões nos chegam a toda hora na ADCP II, e quanto a elas temos alguns pontos/dúvidas que pretendemos trazer à discussão.

Atualmente, são três as entidades que estão participando das negociações no MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), a saber: SINASEFE, ANDES E PROIFES. No nosso Colégio, a discussão tem sido conduzida pelo SINDSCOPE, que é filiado ao SINASEFE. Infelizmente, nós, da ADCP II, ficamos sem interlocução no MPOG, visto que o SINASEFE não aceita a nossa filiação (por já ter o SINDSCOPE como base) e nem a nossa participação como observadores. O ANDES é um sindicato das Instituições do Ensino Superior (inclui os CAPES, por estarem dentro das Universidades) e o PROIFES não é um sindicato, mas um Fórum que disputa a mesma base do ANDES.

Sendo assim, o que a diretoria da ADCP II tem procurado fazer é contribuir na divulgação das discussões/reuniões que, neste momento, vêm ocorrendo em Brasília.

Na busca pela compreensão das propostas de alteração da Carreira Docente, podemos perceber alguns pontos que nos parecem positivos e outros, negativos, que ora descrevemos, no intuito de buscar ampliar o debate entre os docentes do CPII.

Alguns pontos positivos:

1. Incorporação da GAE e da VPI ao vencimento básico;
2. Vinculação com a Carreira do Magistério Superior;
3. Obtenção de aumentos, alguns consideráveis, ainda neste ano;
4. A ampliação dos níveis, permitindo que o docente avance na carreira. O nosso atual plano, o PUCRCE, parte do princípio da ascensão funcional a partir, basicamente, da graduação. Um professor com mestrado pode chegar ao topo da carreira em 8 anos e lá ficar estagnado. A atual carreira valoriza a formação, e as várias classes e níveis definidos por titulação são mais interessantes;

5. Incentivo ao docente para estudar e ampliar sua formação (cursos de mestrado e doutorado).

Alguns pontos negativos:

1. O vencimento básico continua baixo, dependendo de uma gratificação por titulação fixa para chegar ao total do vencimento;
2. O plano retira o percentual de gratificação por titulação do vencimento básico. Todos iniciariam no D1 (40h = R\$ 1.115,02) e, dependendo da titulação, receberiam uma gratificação fixa. Isso traz intranquilidade não só quanto ao reajuste da gratificação, mas também quanto à garantia da manutenção da isonomia com os aposentados. Outro ponto de dúvida é relativo ao salário dos professores substitutos. Eles ganhariam somente pelo vencimento básico, sem nenhum tipo de gratificação? Se a resposta for afirmativa, o governo economizaria ainda mais toda vez que optasse pelo contrato temporário, em vez do professor efetivo;
3. Continuamos sem data base e sem saber como ficará o salário após 2010;
4. Associa a nova carreira com a criação do REUNI e dos IFET, o que é preocupante;
5. Excluir o pessoal dos Colégios Militares e dos ex-territórios;

Diante dessas e de outras questões, encontramos muitos de nós, docentes, cheios de dúvidas sobre o que será melhor para o futuro profissional e para o futuro das nossas instituições (vide a questão dos substitutos), visto que a carreira docente é fundamental para que tenhamos um ensino público de qualidade.

Desse modo, neste momento, vislumbramos três alternativas:

- 1 – Rejeitar a proposta do governo e permanecer no PUCRCE;
- 2 – Insistir na negociação com o governo para que ele avance pelo menos em alguns pontos, como a manutenção do percentual da gratificação por titulação no vencimento básico;
- 3 - Assinar o Termo de Acordo, após esgotar todas as formas de negociação, e lutar, posteriormente, para acabar com as distorções da carreira.

Também é importante informar que a reestruturação da carreira, com a possibilidade de melhorar seu conteúdo e propor questões, será discutida num GT que será criado com as entidades que assinarem o acordo. O que preocupa é assinar primeiro e sentar para conversar depois, como também é complicado deixar o governo reestruturar sozinho ou enviar uma MP com a tabela fechada, permitindo a entrada somente dos futuros professores(as) na mesma.

Ao finalizar, declaramos que este texto pretende contribuir para a discussão sobre a nossa carreira docente, para que tenhamos uma maior clareza dos seus limites e possibilidades. E também para estimular que todos nós, docentes da rede federal, participemos mais deste momento tão importante.

Diretoria da ADCPII